



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	10935.722135/2013-65
ACÓRDÃO	1101-002.288 – 1ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	27 de julho de 2026
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	OT AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 2009, 2010, 2011, 2012

IRPJ E CSLL. TRANSPORTE DE RESÍDUOS. ATERRO SANITÁRIO. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS DE 8% E 12% NO REGIME DE LUCRO PRESUMIDO.

Na esteira de entendimento consagrado em Acórdão lavrado em Ação Declaratória própria, transitado em julgado, a alíquota diferenciada de IRPJ e CSLL aplica-se para o serviço de transporte de carga, conforme redação da Lei 9.249/95, podendo-se equiparar, no caso concreto, o serviço de coleta e transporte de resíduos com o transporte de cargas, visto que a atividade de transporte de resíduos realizada pela autora envolve a entrega de objeto quantificável em um destino certo, com prazo certo e delimitado, sendo os custos de insumos semelhantes para ambas as atividades.

A alíquota diferenciada de IRPJ e CSLL aplica-se a atividades de engenharia civil, sendo possível sua aplicação nas atividades de construção e implantação de aterro sanitário. No caso concreto, realizado o serviço de aprimoramento e melhorias dos sistemas de drenagem do aterro e terraplenagem, ou seja, de manutenção do aterro sanitário, considera-se tais obras necessárias à continuidade das atividades de operação de aterro sanitário, podendo ser equiparadas à implementação de novos aterros, diante da utilização de materiais e equipamentos próprios da construção civil.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Relator. Os Conselheiros Roney Sandro Freire Corrêa e Edmilson Borges Gomes acompanharam o Relator pelas conclusões.

Sala de Sessões, em 27 de julho de 2026.

Assinado Digitalmente

Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho – Relator

Assinado Digitalmente

Efigenio de Freitas Junior – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Roney Sandro Freire Correa, Jeferson Teodorovicz, Edmilson Borges Gomes, Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho, Rycardo Henrique Magalhaes de Oliveira, Efigenio de Freitas Junior (Presidente)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (e-fls. 944-961) interposto contra acórdão da 5ª Turma da DRJ/BEL (e-fls. 912-920) que julgou improcedente impugnação apresentada (e-fls. 794-814) contra auto de infração de IRPJ/CSLL (e-fls. 742-791) em que se aponta infração de APLICAÇÃO INDEVIDA DE PERCENTUAL DE DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO, relativamente aos anos-calendário 2009, 2010, 2011 e 2012.

O Termo de Verificação Fiscal que acompanha os autos de infração (e-fls. 663-687) narra os seguintes fatos principais:

DA ATIVIDADE EFETIVAMENTE EXERCIDA PELO CONTRIBUINTE

7. Apesar da gama de atividades prevista no Contrato Social e na Segunda Alteração 8. Contratual do contribuinte, em todo o período fiscalizado este teve como único cliente a Prefeitura Municipal de Cascavel, para quem prestou serviços de coleta de lixo, limpeza urbana e operação de aterro sanitário. No período, foram prestados serviços com base nos seguintes contratos (todas as transcrições adiante foram feitas literalmente, conforme consta dos contratos apresentados pelo contribuinte):

(...)

9. Como se observa, o contribuinte presta, para a Prefeitura Municipal de Cascavel, os serviços de coleta de lixo, limpeza urbana e operação e manutenção de aterro sanitário. E todas as suas receitas foram provenientes da prestação destes serviços.

DOS COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO DEVIDOS

10. A tributação com base no Lucro Presumido está disciplinada, no Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto 3.000/99 nos arts. 516 a 528 e, no que diz respeito aos coeficientes de presunção aplicáveis, os arts. 518 e 519, que tratam do assunto, têm como matriz legal a Lei 9.249/95 que determina:

(...)

24. Portanto, não há qualquer argumento que possa justificar o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no regime de apuração do Lucro Presumido, por coeficientes diferentes dos 32% previstos no art. 15, § 1º, inciso III e art. 20 da Lei 9.249/95.

DOS COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO UTILIZADOS PELO CONTRIBUINTE

25. Embora constituído por Contrato Social datado de 31/05/2009, o contribuinte procedeu a seu registro na Junta Comercial do Paraná e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas — CNPJ somente em 15/10/2009. E as primeiras notas fiscais, relativas aos serviços prestados para a Prefeitura Municipal de Cascavel foram emitidas em dezembro/2009, originando as receitas declaradas no ano-calendário de 2009, no valor de R\$ 2.456.867,81. Na DIPJ, 60% deste valor foi informado como sujeito ao coeficiente de presunção de 8% para fins de Imposto de Renda e de 12% para fins de Contribuição Social e 40% das receitas sujeitas ao coeficiente de 32%, para os dois tributos.

(...)

DAS DIFERENÇAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DE COEFICIENTES INDEVIDOS

35. Como vimos até aqui, o contribuinte presta serviços de coleta de lixo, limpeza urbana e operação e manutenção de aterro sanitários, tendo auferido, desde sua constituição em 2009 até o final do ano de 2012, receitas que totalizaram R\$ 64.781.028,41, como demonstrado no Anexo I, receitas estas que deveriam ser tributadas com base nos coeficientes de 32% tanto na determinação do Lucro Presumido quanto da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro. Cópias de todas as notas fiscais emitidas pelo contribuinte e relacionadas no Anexo I, foram juntadas nas fls. 194/401 do processo.

36. No entanto, conforme demonstrado no Anexo II, estas receitas foram assim tributadas pelo contribuinte:

- Receitas tributadas com os coeficientes de 8% e 12%: R\$ 25.605.877,15
 - Receitas tributadas com o coeficiente de 32%: R\$ 37.180.381,95
 - Receitas não tributadas: R\$ 1.994.769,31
37. No Anexo II demonstramos os valores do Lucro Presumido que deveria ter sido apurado em cada trimestre, a partir dos valores

das notas fiscais relacionadas no Anexo I e das receitas não operacionais auferidas, sendo que neste caso, consideramos os valores demonstrados pelo próprio contribuinte em DIPJ e no demonstrativo apresentado para o ano de 2012. Ressaltamos que no 2º e no 3º trimestres de 2011 não foram consideradas as receitas não reconhecidas pelo contribuinte e que serão abordadas adiante, em tópico próprio, devido à diferença do reflexo tributário sobre estas receitas. Desta forma, o Anexo II demonstra apenas o Lucro Presumido que deveria ter sido apurado sobre as receitas contabilizadas, que é o mesmo valor que deveria ter servido de base de cálculo da Contribuição Social.

38. No Anexo III, a partir do Lucro Presumido demonstrado no Anexo II, calculamos os valores devidos trimestralmente a título de Imposto de Renda e do Adicional sobre a parcela excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre. Este valor foi então comparado com os valores demonstrados em DIPJ (antes da compensação de retenções na fonte) e conferido com os valores declarados em DCTF, resultando na diferença de Imposto de Renda que não foi recolhido no período. Para o ano de 2012, cuja DIPJ ainda não foi apresentada, a conferência foi feita com os valores demonstrados pelo contribuinte em atendimento ao Termo de Intimação L-042/2013 (fl. 022 do processo). Ressalte-se apenas que os valores demonstrados na coluna "Apuração do Contribuinte" (neste Anexo e também no Anexo III) podem apresentar diferenças em relação ao valor constante da DCTF, em função de eventuais compensações de retenções na fonte.

39. No Anexo IV fazemos o mesmo demonstrativo para a Contribuição Social, calculando o valor devido em cada trimestre, comparando-o com o valor demonstrado em DIPJ e declarado em DCTF e calculando as diferenças que deixaram de ser declaradas em cada trimestre.

40. Finalmente, no Anexo V apuramos as mesmas diferenças de Imposto de Renda e da Contribuição Social de uma forma mais direta, simplesmente aplicando as diferenças de coeficientes (de 8% para 32%, no caso do Imposto de Renda e de 12% para 32% no caso da Contribuição Social) sobre as receitas que foram tributadas pelo contribuinte com os coeficientes de 8% e 12%. Os resultados encontrados diferem daqueles demonstrados nos Anexos III e IV em centavos, apenas por questões de arredondamento.

41. Para fins de lavratura dos Autos de Infração, para ficar demonstrado de forma mais clara o valor do Imposto e do Adicional devidos, consideramos a receita trimestral total — excluindo apenas as receitas não reconhecidas pelo contribuinte em abril e julho de 2011, que serão tratadas à parte — e consideramos os valores já declarados pelo contribuinte como uma compensação dos valores devidos, de forma a constituir, através dos Autos de Infração, apenas o crédito tributário decorrente da diferença entre o valor devido e aquele já declarado.

Cientificada, a contribuinte apresentou impugnação em que aduziu, em síntese, (a) a necessidade de segregação das receitas auferidas para fins de apuração do lucro presumido da

impugnante, em razão da previsão contratual de preços individualizados por tipo de serviço; (b) a natureza das receitas auferidas pela impugnante e o coeficiente de apuração do lucro presumido aplicável a cada uma delas; (c) a inexistência de valores a recolher.

A DRJ julgou improcedente a impugnação, em acórdão a seguir ementado:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2009, 2010, 2011, 2012

LUCRO PRESUMIDO. COEFICIENTE. TRANSPORTE DE CARGA.

Aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de coleta, transporte e compactação de resíduos na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, nos termos do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5/2013.

LUCRO PRESUMIDO. COEFICIENTE. TERRAPLENAGEM.

Para efeito de apuração do IRPJ devido por pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços de terraplenagem.

LUCRO PRESUMIDO. COEFICIENTE. ATERRO SANITÁRIO.

Na atividade de prestação de serviços de operação de aterro sanitário, a apuração da base de cálculo do IRPJ deve ser efetuada mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2009, 2010, 2011, 2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS. VINCULAÇÃO.

As decisões judiciais e administrativas somente vinculam os julgadores de 1ª instância nas situações expressamente previstas na legislação.

PEDIDO DE DILIGÊNCIA/PERÍCIA. DESNECESSIDADE. O pedido de diligências e perícias pode ser indeferido pelo órgão julgador quando desnecessárias para a solução da lide.

Irresignada, a Recorrente interpôs recurso voluntário em que aduziu, em síntese, (A) 2.1. PONTO INCONTROVERSO: O DIREITO DA RECORRENTE DE APLICAR OS COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO ESPECÍFICOS SOBRE AS RECEITAS DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS; (B) 2.2. A APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE 8% (IRPJ) E 12% (CSLL) SOBRE A ATIVIDADE DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS; (C) 2.3. A APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE 8% (IRPJ) E 12% (CSLL) SOBRE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM; (D) 2.4. A APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE 8% (IRPJ) E 12% (CSLL) SOBRE A OPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO COM EMPREGO DE MATERIAIS

É o relatório.

VOTO

Conselheiro **Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho**, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, portanto dele tomo conhecimento.

Discute-se nestes autos, em síntese, a definição do percentual de presunção aplicável na fixação do lucro presumido às atividades desenvolvidas pela Recorrente que se referem, de forma geral, a serviços de limpeza urbana, varrição, transporte de resíduos, operação de aterro sanitário, dentre outras, nos anos-calendário 2009 a 2012.

Basicamente, no lançamento afirma-se que as atividades em questão deveriam ser tributadas com base no percentual de presunção de 32%, ao passo que o contribuinte defende a consideração de que suas atividades são de natureza diversificada, e que, em face da peculiaridade de “previsão contratual de preços individualizados por atividade”, cada atividade específica (item contratual) deveria ter o percentual individualizado.

Com isso, narra a Recorrente:

Conforme tabela abaixo, sobre as receitas auferidas com as atividades descritas nos itens (i), (v) e (vi) acima, foi aplicado o coeficiente de presunção de 32% para o cálculo do IRPJ e da CSLL. Os percentuais de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL foram aplicados exclusivamente sobre as receitas das atividades descritas nos itens (ii), (iii) e (iv), em função da sua natureza específica, que a Recorrente entende não se classificar como prestação de serviços em geral:

ATIVIDADE	COEFICIENTE DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ	COEFICIENTE DA BASE DE CÁLCULO DA CSLL
coleta e transporte de resíduos	8%	12%
Terraplenagem	8%	12%
execução e operação de aterro sanitário	8%	12%
disponibilização de equipes padrão de limpeza	32%	32%
serviços de limpeza e varrição	32%	32%
fornecimento de máquinas e equipamentos	32%	32%

Portanto, a insurgência diz respeito, mais especificamente, aos itens de “coleta e transporte de resíduos”, “terraplenagem” e “execução e operação de aterro sanitário”.

Cumpramos observar que, como narrado no próprio TVF, “em todo o período fiscalizado este teve como único cliente a Prefeitura Municipal de Cascavel, para quem prestou serviços de coleta de lixo, limpeza urbana e operação de aterro sanitário” e que “no período, foram prestados serviços com base nos seguintes contratos”: Contrato 033/2004, Contrato 017/2010, Contrato 226/2010, Contrato 022/2011, Contrato 090/2011.

Com efeito, nota-se que, em todos os contratos em questão os serviços são tratados de forma segregada e sujeitos à valores específicos e individualizados. Veja-se:

Contrato 033/2004 (e-fls. 446-464):

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto execução dos seguintes serviços:

- 1) Varrição manual de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes, em área delimitada no mapa constante do anexo V;
- 2) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, e feiras livres da área urbana e distritos do município;
- 3) Coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde;
- 4) Operação, controle e manutenção do aterro sanitário e das valas sépticas para lixo hospitalar.
- 5) Manutenção da infra-estrutura do aterro e do sistema de tratamento dos efluentes líquidos.
- 6) Equipes-padrão;
- 7) Fornecimento de veículos, maquinários e implementos.

- 1) Varrição manual de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes, em área delimitada no mapa constante do anexo V: R\$ 40,90 (Quarenta reais e noventa centavos) por quilômetro varrido (serviço medido).
- 2) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, comerciais e feiras livres: R\$312.273,47 (Trezentos e doze mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos) pelo valor global mensal;
- 3) Coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde: R\$12.852,38 (doze mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos) pelo valor global mensal;
- 4) Operação e controle do aterro sanitário: R\$ 77.901,85 (setenta e sete mil, novecentos e um reais e oitenta e cinco centavos) pelo valor global mensal;
- 5) Equipe-Padrão: R\$ 41.638,01(Quarenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e um centavo) por Equipe Padrão/Mês;
- 6) Fornecimento de veículos, máquinas e equipamentos: R\$33.451,19 (Trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos) pelo valor global mensal
- 7) Manutenção da infra-estrutura do aterro, execução e monitoramento do sistema de tratamentos dos efluentes líquidos: R\$ 23.110,35 (Vinte e três mil, cento e dez reais e trinta e cinco) pelo valor global mensal.

Contrato 2010/017 (e-fls. 465-471):

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto execução dos seguintes serviços:

Limpeza e conservação de espaços públicos - varrição de logradouros públicos, transportes de resíduos resultantes, bem como fornecimento de equipes padrão, operacionalização e manutenção do aterro sanitário, bem como líquidos execução de serviços de terraplanagem, corte de grama, poda de arvores e serviços com utilização de equipamentos.

1) ITENS FIXOS:

1a) Coleta : valor global de R\$ 3.163.950,36(três milhões cento e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos);

1b) Aterro: Valor global de R\$ 982.996,56(novecentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos);

1C) Máquinas valor global: R\$ 325.529,04 (trezentos e vinte e cinco mil quinhentos e vinte e nove reais e quatro centavos).

Contrato 2010/226 (e-fls.472-479):**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução dos seguintes serviços: limpeza e conservação de espaços públicos, varrição de logradouros públicos, transporte de resíduos resultantes, bem como fornecimento de equipes padrão, operacionalização e manutenção do aterro sanitário, bem como execução e monitoramento e tratamento dos efluentes líquidos, execução de serviços de terraplanagem, corte de grama, poda de árvores e serviços com utilização de equipamentos.

Parágrafo Único. Integram e completam o presente Termo Contratual para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no processo de Dispensa por Justificativa nº 111/2010, juntamente com seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente contrato dar-se-á sob a forma do art. 10 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o Contratante pagará à Contratada a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços que compreendem o seguinte:

1) ITENS FIXOS:

1a) Coleta: valor global de **R\$ 1.054.650,12** (um milhão, cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais e doze centavos);

1b) Aterro: valor global de **R\$ 327.665,52** (trezentos e vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos);

1c) Máquinas: valor global de **R\$ 108.509,68** (cento e oito mil e quinhentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

Contrato 2011/022 (e-fls. 480-485):

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução dos seguintes serviços: limpeza e conservação de espaços públicos, varrição de logradouros públicos, transporte de resíduos resultantes, bem como fornecimento de equipes padrão, operacionalização e manutenção do aterro sanitário, bem como execução e monitoramento e tratamento dos efluentes líquidos, execução de serviços de terraplanagem, corte de grama, poda de árvores e serviços com utilização de equipamentos, para o período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único. Integram e completam o presente Termo Contratual para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no processo de Dispensa por Justificativa nº 13/2011, juntamente com seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente contrato dar-se-á sob forma do art. 10 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o Contratante pagará à Contratada, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços que compreendem o seguinte:

1) ITENS FIXOS:

1a) Coleta: valor global de **R\$ 3.731.232,84** (três milhões e setecentos e trinta e um mil e duzentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos);

1b) Aterro: valor global de **R\$ 1.050.323,76** (um milhão e cinqüenta mil e trezentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos);

Contrato 2011/090 (e-fls. 486-510):**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto execução dos seguintes serviços:

- 1) Varrição manual e mecânica de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes conforme plano de trabalho.
- 2) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, e feiras livres da área urbana e distritos do município;
- 3) Coleta e transporte de resíduos recicláveis da área urbana do município.
- 4) Operação controle e manutenção do aterro sanitário conforme plano de trabalho.
- 5) Equipes-padrão;
- 6) Fornecimento de veículos, maquinários e implementos.

Z

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, o valor total de R\$ 19.805.002,80 (Dezenove milhões, oitocentos e cinco mil, dois reais e oitenta centavos) correspondendo ao montante mensal de R\$ **1.650.416,90 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa centavos)**, compreendendo o seguinte:

- 1) Varrição manual de vias e logradouros públicos e transporte dos resíduos dela resultantes, em área urbana conforme plano de trabalho. Valor unitário de R\$ 71,50 km/via/mês, totalizando **R\$ 221.650,00 (Duzentos e vinte e hum mil, seiscentos e cinqüenta reais)**.
- 2) Varrição mecânica de vias públicas e transporte dos resíduos dela resultantes, em área urbana conforme plano de trabalho. Valor unitário mensal de R\$ 78,00 km/via/mês, totalizando **R\$ 70.200,00 (Setenta mil e duzentos reais)**.
- 3) Coleta e transporte dos resíduos domiciliares, e feiras livres da área urbana e distritos do município. Valor global mensal de **R\$ 768.313,61 (Setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e treze reais e sessenta e um centavos)**.
- 4) Coleta e transporte de resíduos recicláveis da área urbana do município. Valor unitário/mês de **R\$ 90.125,00 (Noventa mil cento e vinte e cinco reais)**.
- 5) Operação, controle e manutenção do aterro sanitário conforme plano de trabalho. Valor global mensal de **R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)**.
- 6) Equipes-padrão. Valor unitário de R\$ 103.000,00 (Cento e três mil reais), totalizando **R\$ 206.000,00 (Duzentos e seis mil reais)** mensais.
- 7) Fornecimento de veículos, maquinários e implementos. Valor global mensal de **R\$ 124.128,29 (Cento e vinte e quatro mil, cento e vinte e oito reais e vinte e nove centavos)**.

Além das cláusulas acima destacadas, os contratos preveem outras cláusulas que reforçam a “independência” de cada serviço, no bojo daquela relação jurídica específica, a exemplo de (a) previsão de medições específicas dos itens; (b) definição estipulativa de cada serviço, (c) preços unitários, (d) eventuais prazos diversos para cada item.

Portanto, entendo que assiste razão à Recorrente em afirmar que, no caso concreto, os contratos segregavam cada serviço, em que pese serem todos eles objeto de um mesmo certame licitatório, o qual atribuiu-lhes preços específicos e tratamento independente.

Fixada essa premissa fática, é de se notar que, conforme petição trazida aos autos pela Recorrente, a empresa ingressou em juízo com ação declaratória em que se discutiu justamente o coeficiente aplicável às atividades prestadas pela Recorrente no bojo do contrato firmado com a Prefeitura de Cascavel.

Naquele processo judicial, o Judiciário definiu que

Assim, pelas peculiaridades do caso concreto, entendo proporcional e razoável a equivalência proposta. A atividade de transporte de cargas faz uso intensivo de mão-de-obra humana, bem como de veículos de grande porte. Tais insumos são usados para transporte de material para determinado local. Do mesmo modo, o transporte de resíduos realizado pela autora envolve o descarte de lixo, sendo transportados itens que já não mais servem a nenhum intuito para serem jogados

fora em local específico, também com uso intensivo de mão-de-obra humana e de veículos de grande porte.

Conforme consignou o juízo a quo, "a lógica que orientou o legislador foi a de que em determinadas atividades a margem de lucro é menor do que a média, como no caso dos postos de combustíveis, fixando-se um percentual mais baixo (1,6%), ao passo que em outras a margem de lucro é muito maior, como sucede na prestação de serviços em geral, justificando-se a fixação de um percentual mais elevado(32%)". No caso, a atividade de transporte de resíduos realizada pela autora acarreta custos para a realização do serviço muito semelhantes aos custos do transporte de cargas, quais sejam, a utilização predominante de funcionários, para carregar e descarregar os caminhões, bem como gastos com manutenção de veículos de grande porte e combustível. Desse modo, havendo custos semelhantes para ambas as atividades, a diferença de alíquota aplicada pode gerar um desequilíbrio financeiro, quebrando a isonomia tributária.

(...)

Entendo que tais instruções normativas extrapolaram os limites do poder regulamentar, visto que a lei de regência, embora não previsse a alíquota reduzida para a coleta e transporte de resíduos, também não enquadrava tal atividade na alíquota comum, de prestação de serviços em geral. Assim, a inclusão das atividades de coleta e transporte de resíduos no percentual de 32% realizada por ato normativo do Fisco não impede esse juízo de reconhecer semelhança entre as duas atividades.

A coleta e o transporte de resíduos domiciliares, comerciais e recicláveis, que são objeto do contrato nº 191/2016, firmado entre a autora e o município contratante (evento 1 - OUT4 da origem), compreendem a retirada dos resíduos nos domicílios e comércios dos moradores da cidade, nas vias públicas, e a sua entrega no endereço de destino: o aterro sanitário, de propriedade do Município contratante, onde receberão o tratamento adequado. Conforme disposições contratuais, a coleta seletiva é definida como a separação entre resíduos secos e úmidos e progressivamente a separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas nos respectivos roteiros de coleta. Também estipula que a contratada deverá apresentar à aprovação, a contar da ordem de início dos serviços, detalhamento do plano inicial oferecido, com mapas, indicando os serviços de coleta domiciliar, programados e especificando frequência, horário de coleta, varrição e demais serviços, bem como o tipo de coletor, destino final e demais detalhes.

Observa-se a similitude entre a atividade desempenhada pela autora junto ao município contratante com a atividade de transporte de cargas, visto que há origem e destino certos para o transporte dos resíduos, prazo certo e delimitado para a conclusão da atividade, bem como objeto quantificável a ser transportado. O próprio Contrato nº 191/2016, fixou os preços globais a partir de um quantitativo médio mensal de 7.800 toneladas de resíduos sólidos a serem

coletados e constante do item A.1.3.1. do Anexo 1 do Edital n. 10/2016 (evento 1 - OUT5 da origem).

Assim, reformo a sentença para reconhecer o direito da autora à aplicação dos coeficientes de 8% e 12% sobre a receita bruta decorrente das atividades de coleta e transporte de resíduos para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no regime do lucro presumido.

Do mesmo modo, a equiparação tributária entre serviços de engenharia civil e operação de aterro sanitário é possível. A construção civil envolve a efetiva modificação dos imóveis, de modo que os custos de manutenção e reparos do aterro sanitário justificam a alíquota diferenciada. No caso, a apelante alega que o contrato com o município de Cascavel/PR prevê expressamente a obrigação de construir sistemas de drenagem de chorume e de gases, com a execução de obras de adaptação para o seu funcionamento no item C.1.2 do edital nº 10/2016.

Logo, entendo que a equiparação entre a construção civil e a atividade de operação de aterro sanitário não se limita às atividades de construção e implantação de aterro sanitário, ou seja, a incorporação de um novo aterro sanitário à cidade, podendo abranger obras de melhorias nos aterros já existentes. Mormente no caso concreto, as atividades apontadas nas razões recursais, a saber, instalação de novos drenos e terraplenagem, são consideradas como aprimoramento, manutenção e reparo de aterros sanitários já existentes, o que pode ser considerado equivalente a obras de construção civil, visto que os custos de produção, em termos de material e mão-de-obra são semelhantes. A consecução de obras de melhoria do sistema de drenagem do aterro sanitário insere-se, ao meu ver, no conceito de operação de aterro sanitário e equivale, em termos práticos, à construção e implantação de aterro sanitário, pois é obra necessária à continuidade da finalidade do aterro.

Portanto, considero que também se aplica ao serviço de aprimoramento e melhorias do aterro sanitário a alíquota diferenciada já aplicada à construção civil. Assim, reformo a sentença para reconhecer o direito da autora à aplicação dos coeficientes de 8% e 12% sobre a receita bruta decorrente das atividades de execução de aterro sanitário para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no regime do lucro presumido.

Em que pese tratar-se de período distinto (2018), o qual estava formalizado em contrato distinto (191/2016), fato que inclusive afasta a caracterização de concomitância, entendo que se trata materialmente da mesma atividade, ainda que sob documentos formalmente distintos. A prestação de serviço desempenhada pela Recorrente - objeto de procedimento licitatório, reforce-se - foi apenas sucessivamente prorrogada mediante veículos contratuais formalmente diferentes, mas, como visto, com o mesmo objeto. Materialmente, portanto, é a mesma relação jurídica de prestação de serviço, prolongada ao longo do tempo, para o único cliente da Recorrente, fato notado pela fiscalização.

E, com isso, o entendimento do Judiciário não pode ser desprezado e, em linhas gerais, dele compartilho. Entendo que, no caso concreto, impõe-se reconhecer a aplicabilidade dos percentuais de 8% e 12% para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ e CSLL, na apuração do Lucro Presumido, aos serviços de coleta e transporte de resíduos e operação de aterro sanitário.

E, adicionalmente, a mesma lógica aplicada aos serviços de operação de aterro sanitário também é cabível para a terraplenagem que também é atividade de construção civil.

É de se notar, também, que esta Turma julgou em 22/10/2025 processo do mesmo contribuinte, com exatamente o mesmo objeto, mas referente a ano-calendário posterior (2016). Naqueles autos, prolatou-se o acórdão 1101-001.906, no qual esta Turma se baseou justamente no entendimento adotado pelo Poder Judiciário:

IRPJ E CSLL. TRANSPORTE DE RESÍDUOS. ATERRO SANITÁRIO. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS DE 8% E 12% NO REGIME DE LUCRO PRESUMIDO.

Na esteira de entendimento consagrado em Acórdão lavrado em Ação Declaratória própria, transitado em julgado, a alíquota diferenciada de IRPJ e CSLL aplica-se para o serviço de transporte de carga, conforme redação da Lei 9.249/95, podendo-se equiparar, no caso concreto, o serviço de coleta e transporte de resíduos com o transporte de cargas, visto que a atividade de transporte de resíduos realizada pela autora envolve a entrega de objeto quantificável em um destino certo, com prazo certo e delimitado, sendo os custos de insumos semelhantes para ambas as atividades.

A alíquota diferenciada de IRPJ e CSLL aplica-se a atividades de engenharia civil, sendo possível sua aplicação nas atividades de construção e implantação de aterro sanitário. No caso concreto, realizado o serviço de aprimoramento e melhorias dos sistemas de drenagem do aterro e terraplenagem, ou seja, de manutenção do aterro sanitário, considera-se tais obras necessárias à continuidade das atividades de operação de aterro sanitário, podendo ser equiparadas à implementação de novos aterros, diante da utilização de materiais e equipamentos próprios da construção civil.

Assim sendo, conheço do recurso voluntário para dar-lhe provimento.

É como voto.

Assinado Digitalmente

Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho